



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XVII Curso de Especialização em Relações Internacionais

**As Iniciativas de Cooperação Internacional do Brasil através da
Embrapa para a Segurança Alimentar e Combate à Fome na África
Subsaariana.**

Karênina Alves da Silveira

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Relações Internacionais.**

Orientador: Prof. Dr. Pio Penna Filho

Brasília

2015

RESUMO

Milhões de pessoas no mundo lutam contra a fome e a insegurança alimentar, a maioria delas habitam na África Subsaariana. Uma porção de terra com características climáticas e geográficas que desafiam todos os seres humanos que buscam meios de sobrevivência adequados. O Brasil foi um país que revolucionou o campo de pesquisa do desenvolvimento agrícola graças a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), uma das maiores instituições de pesquisa do mundo. Tendo em vista que o Brasil possui regiões com características climáticas análogas ao da África, a Empresa brasileira passou a exercer um importante papel no continente africano, criando técnicas variadas e gerando capacidade técnica para os produtores locais, juntamente com outros organismos internacionais e também com instituições de pesquisas locais. O artigo tem como objetivo principal apresentar as iniciativas de cooperação técnica do Brasil na África subsaariana através da Embrapa.

Palavras-chave: Insegurança alimentar, combate à fome, Embrapa, cooperação técnica internacional.

ABSTRACT

Millions of people in the world struggle against hunger and food insecurity, most of them live in sub-Saharan Africa. A piece of land with climatic and geographical characteristics that defy all human beings seeking adequate livelihoods. Brazil was a country that revolutionized the search field of agricultural development through the creation of the Brazilian Agricultural Research Corporation (EMBRAPA), one of the largest research institutions in the world. Considering that Brazil has regions with similar climatic conditions to Africa, the Brazilian company has to play an important role on the African continent, creating various techniques and generating technical capacity for local producers, along with other international organizations and with local search institutions. The article aims to present the technical cooperation initiatives in Brazil in sub-Saharan Africa by Embrapa.

Keywords: Food insecurity, hunger relief, Embrapa, international technical cooperation.

Introdução

Desde os tempos remotos até o período atual, a África subsaariana possui características heterogêneas e complexas que, somadas as questões políticas e sociais, tornam este continente uma porção de terra que une seres humanos em situações adversas e que refletem diretamente nas condições naturais dos seres vivos.

A fome e a insegurança alimentar são princípios causadores de uma das maiores crises humanas na África. Esses princípios são consequências das guerras e conflitos motivados por interesses unicamente políticos de uma classe dominante. Os países africanos são quase inteiramente agrícolas e dependem desta atividade para se desenvolverem e atenderem a demanda local por alimentos. No entanto, a política agrícola e o desenvolvimento rural na África foram corrompidos por todos os aspectos da herança colonial. Distorções, ao nível das políticas e da sua implementação, comprometeram o esforço agrícola e frearam a produção (Owusu, 2008, p.377).

A realidade dos africanos é tortuosa. Uma grande massa da população sofre com a precariedade e ineficiência que contribui para a insegurança alimentar nas regiões. As políticas adotadas pelos governos são opostas as suas necessidades reais e não alcançam o contingente populacional.

O estudo sobre a segurança alimentar no mundo, principalmente na África e na Ásia, é um tema de grande importância e domina a pauta de agendas de atores internacionais. O *World Food Summit*, evento coordenado pela *Food and Agriculture Organization* (FAO) que reuniu chefes de Estados e de Governos de 187 países no ano de 1996 em Roma, reafirmou o direito de todas as pessoas a terem acesso a alimentos e o direito fundamental de não sofrerem com a fome. De acordo com Jean Ziegler (2013, p. 117), a fome torna impossível a construção de uma sociedade pacificada. A reunião de cúpula colocou como meta a diminuição da fome e miséria no mundo até o ano de 2015, essa foi a missão estabelecida com a aprovação da Declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial.

A Declaração de Roma sobre a segurança alimentar estabeleceu um plano de ação que faz um chamado a todos os países que possuem condições de atuar com a cooperação internacional. O primeiro item do plano de ação estabelece que:

(...) “Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã. A este respeito é necessário uma ação concertada, a todos os níveis. Cada país deverá adotar uma estratégia, segundo os seus recursos e capacidades, para alcançar os próprios objetivos e ao mesmo tempo cooperar, no plano regional e internacional, na organização de soluções coletivas dos problemas mundiais de segurança alimentar. Num mundo de instituições, sociedades e economias cada vez mais ligadas, é imprescindível coordenar os esforços e compartilhar as responsabilidades”. (Plano de ação da cimeira mundial da alimentação, Roma, 1996).

O Brasil teve participação na reunião de cúpula de 1996, o ex-ministro de Agricultura e Abastecimento, Arlindo Porto, representou o país nesta ocasião. Nesse sentido, observa-se que o Brasil era um país que carregava na sua agenda de compromissos sociais o desafio de erradicar a fome e a miséria no seu próprio território.

Tendo executado programas de combate à fome em anos subsequentes e obtendo resultados prósperos, o Brasil, já no governo do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, arquitetou um plano de ação para a inserção de projetos de combate à fome e insegurança alimentar na África. Desta forma, pode-se concluir que o país compactuou de maneira indireta com as missões e objetivos estabelecidos na Declaração de Roma, e levou, por meio de acordos entre governos, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para atuar na África com a chamada cooperação técnica internacional.

O presente artigo tem como objetivo apresentar o papel da Embrapa na África subsaariana como uma força de trabalho que coopera com a diminuição da fome e insegurança alimentar. A Embrapa, através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) executa trabalhos e pesquisas em prol do desenvolvimento do setor agrícola africano.

Insegurança Alimentar e Fome

Regiões afetadas pelos mais diversos conflitos sociais e vítimas das catástrofes naturais acumulam problemas humanitários que escapam do controle e interrompe o ciclo do desenvolvimento ordenado mundial.

A insegurança alimentar e a fome afetam milhões de pessoas em todo o mundo. Na África, este limitador da evolução é o maior culpado pelo sofrimento em massa da população. De acordo com a FAO¹, insegurança alimentar é a falta de acesso de todas as pessoas durante todo o tempo a alimentos suficientes, com nutrição adequada e de segurança, sem que exista o risco de perder esse acesso, pois a perda deste resulta-se na fome e desnutrição.

Em dezembro de 1966, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o qual define o direito humano à alimentação.

O direito à alimentação é o direito a ter acesso regular, permanente e livre, diretamente ou por meio de compras monetárias, a um alimento qualitativo e quantitativamente adequado e suficiente, que corresponda às tradições culturais do povo de que é originário o consumidor e que lhe assegure uma vida psíquica e física, individual e coletiva, livre de angústia, satisfatória e digna.²

O alimento, seja ele sólido ou líquido, é a única fonte que mantém o ser humano vivo e em bom estado de saúde, é o que proporciona energia e bem-estar. A fome é a consequência primária causada pela insegurança alimentar. A ausência de uma alimentação adequada ou mínima conduz ao surgimento de inúmeros fatores que transformam a vida dos seres humanos e os colocam em situações de calamidade e perda de qualquer esperança de vida.

O conceito de fome não pode ser explicado de maneira direta, pois existem três níveis, a fome aguda, momentânea e a crônica. Tratando-se deste objeto de estudo, define-se então a fome crônica, ou seja, aquela permanente que assola a população africana. A fome crônica ocorre quando a alimentação diária não propicia

¹ Citação extraída do livro “*Hunger Efforts and Food Security*”, de James C. Tobin, 2009. p.13.

² Texto extraído do livro “*Destruição em Massa*”, de Jean Ziegler, 2013, p.31.

ao indivíduo energia suficiente para a manutenção do seu organismo e para o desempenho de suas atividades cotidianas. Ela se caracteriza como uma das modalidades da desnutrição, que é a deficiência energética crônica (Monteiro, 2003).

Existem ainda duas categorias da fome, são elas: fome estrutural e fome conjuntural. O autor Jean Ziegler (2013, p.37) definiu as duas da seguinte maneira:

A fome estrutural é permanente, pouco espetacular e se reproduz biologicamente. Significa destruição psíquica e física, aniquilação da dignidade, sofrimento sem fim.

A fome conjuntural é altamente visível. Ela se produz quando, repentinamente, uma catástrofe natural – gafanhotos, seca ou inundações assolam uma região -, ou uma guerra destrói o tecido social, arruína a economia, empurra centenas de milhares de vítimas aos acampamentos de pessoas deslocadas no interior do país ou de refugiados para além-fronteiras.

O conflito proporcionado pela fome inicia-se, muitas vezes, durante a gestação. Milhares de crianças ainda no ventre materno já são vítimas da subnutrição antes mesmo de nascerem. De acordo com a FAO, uma em cada seis crianças nos países em desenvolvimento está abaixo do peso³.

Torna-se um ciclo vicioso e de difícil solução quando uma mulher inicia uma gestação vivendo em uma região que sofre com a crise prolongada da fome. Os recursos para sanar o problema são escassos e o acesso a eles são limitados. Sendo assim, a mulher não possui condições físicas para amamentar uma criança. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece em 2.200 calorias diárias o mínimo vital para um adulto. Abaixo desse mínimo, o adulto não consegue reproduzir satisfatoriamente a sua própria força vital (Ziegler, 2013).

O resultado de uma gestação em condições adversas não poderia ser outro senão o nascimento de uma criança debilitada e muitas vezes com má formação, pois a subalimentação fetal pode causar deficiências motoras e cerebrais. Crianças subnutridas possuem poucas chances de sobreviver e sofrem danos no desenvolvimento físico e mental (Tobin, 2010).

³ <<http://www.wfp.org/hunger/stats>>

De acordo com a FAO, a subnutrição existe quando a quantidade de calorias é inferior à necessidade energética alimentar mínima. Essas necessidades energéticas correspondem à energia necessária para ter uma atividade física leve e manter um peso mínimo aceitável, que corresponda à altura do indivíduo.⁴ Uma mulher subnutrida não consegue oferecer à criança uma alimentação mínima, pois a amamentação depende do estado nutricional da mãe. No mundo, a cada quatro minutos, um ser humano perde a visão, torna-se cego, na maioria dos casos por deficiência alimentar (Ziegler, 2013).

A insegurança alimentar na África subsaariana é um grande desafio a ser enfrentado pelos países que atuam conjuntamente no problema na tentativa de reduzi-lo. Essa adversidade agrega diversos outros temas e desafios que colocam em questão a potencialidade da ajuda internacional e a transferência de recursos para as regiões africanas vítimas da fome, pois as dificuldades identificadas são de longo alcance e de longos períodos. Esses longos períodos são caracterizados como crises prolongadas.

A crise prolongada da fome é um ciclo que se perpetua, ela se diferencia da chamada breve crise, ou seja, episódios de catástrofes temporais, ao qual a instalação de ajuda humanitária local e envio de recursos podem ser de curto prazo para sanar o conflito imediato. Em contrapartida, a crise prolongada exige intervenção bem definida e de longo prazo, a qual requer maiores transferências de recursos e meios de existência duráveis.

A insegurança alimentar possui, geralmente, um nível mais elevado em países que sofrem com a crise prolongada. Esta crise é a consequência de vários fatores que se somam, como uma situação causada pelo próprio homem por meio de conflitos ou crises políticas, catástrofes naturais ou a combinação dessas duas, ou seja, uma catástrofe ocorrida em função da ação do homem. De acordo com Owusu (2010, p. 418),

“Segundo alguns especialistas, a introdução das modernas técnicas de cultura, na época colonial e durante o período pós-colonial, teria

⁴ Relatório *L'état de l'insécurité alimentaire dans le monde*, FAO 2010.

acelerado, muito mais que retardado, sobretudo nas regiões tropicais úmidas, a destruição dos ecossistemas e a desertificação; é amplamente reconhecido que o clima africano está em vias de tornar-se de mais e mais variável, o que reduz o leque de possibilidades de cultura e de criação de animais, contribui para a brutal deterioração dos ecossistemas, sobretudo nos cinturões áridos e semiáridos”.

No entanto, é preciso destacar que a crise prolongada identificada em um país não se estende a toda região e não atinge todo o contingente populacional, ela é uma situação limitada a uma zona geográfica determinada. Como exemplo, pode-se citar Uganda, que em função das suas características climáticas, o norte e o leste deste país são as regiões mais propensas a sofrer com a crise prolongada da fome.

Josué de Castro⁵ resumiu a fome da seguinte maneira:

«La faim, c'est l'exclusion. Exclusion de la terre, du revenu, du travail, du salaire, de la vie et de la citoyenneté. Quand une persona arrive au point de ne plus rien avoir à manger, c'est que tout le reste lui a été dénié. C'est une forme moderne d'exil. C'est la mort dans la vie.»⁶

Situação da fome na África

A extrema pobreza e a miséria permanente são fatores preponderantes que acentuam a fome e colocam em risco a segurança alimentar. De acordo com critérios do Banco Mundial, a extrema pobreza é definida quando a renda diária de um indivíduo é igual ou inferior a US\$ 1,90⁷. Na África, a extrema pobreza atinge em maior grau a região subsaariana e as populações que vivem no campo.

Existem três grandes grupos de pessoas mais vulneráveis à fome, são elas: os pobres rurais, os pobres urbanos e as vítimas das catástrofes da natureza.

A maior parte da população africana vive no campo; dos 54 países da África, 37 são quase inteiramente agrícolas (Ziegler, 2013). Segundo os dados de 2013 da FAO, 627 milhões de africanos vivem na zona rural. Os pobres rurais deste

⁵Josué de Castro (1908-1973) foi um sociólogo brasileiro e grande escritor sobre a fome. Presidiu o Comitê Executivo da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Alimentação e Agricultura (FAO).

⁶*A fome é exclusão. Exclusão da terra, do rendimento, do trabalho, do salário, da vida e da cidadania. Quando uma pessoa chega ao ponto de não ter nada para comer, é porque todo o resto lhe foi negado. É uma forma moderna de exílio. É a morte da vida.* Tradução livre do texto extraído do artigo “Le droit à l'alimentation”, de Christophe Golay e Melik Ozden.

⁷ <<http://data.worldbank.org/indicador/SI.POV.GAPS>>

continente vivem sob condições desfavoráveis para sua manutenção diária, são pessoas que não possuem acesso à água potável, infraestrutura adequada, eletricidade, serviços de saúde pública, educação e condições mínimas de higiene. São fatores que, somados as catástrofes naturais e condições climáticas, operam de maneira a maximizar a fome e a subnutrição em várias regiões.

Dados estatísticos da FAO de 2015⁸ apontam que cerca de 795 milhões de pessoas no mundo não tem acesso a alimentos que os mantêm em condições de vida adequadas. Ademais, a África subsaariana é a região com a maior prevalência de pessoas que sofrem com a fome, uma a cada quatro pessoas padecem de subnutrição. Um dos motivos que a destaca é o número populacional, pois a Ásia também é uma região de alta dominância de insegurança alimentar e fome. Alguns países subsaarianos tem declarado que foi alcançada uma redução da fome, no entanto a subalimentação e outras formas de má nutrição continuam a níveis globalmente elevados.

Dado o termo “países do Sul”⁹, ao qual qualifica e identifica as regiões mais carentes do continente africano, destaca-se como sendo o cenário principal de crises prolongadas da fome o Chifre da África, região do nordeste africano que inclui a Somália, Djibouti, Eritreia, parte do Quênia, Uganda e Etiópia.

Na condição de agregar países quase inteiramente agrícolas e sob condições climáticas adversas, as regiões da África subsaariana enfrentam numerosas dificuldades que não se limitam apenas às condições naturais de seu subsolo e a extrema pobreza. Mediante a realidade vivenciada diariamente, pode-se relatar os mais variados conflitos sociais e políticos enfrentados pelos seres humanos que estão submersos em uma vida de precariedade. Um dos principais fatores que se destaca no que diz respeito aos conflitos de caráter social e político é a dificuldade de envio e

⁸ *State of Food Insecurity in the World*, FAO, 2015.

⁹ A divisão ou regionalização do mundo em Norte e Sul geoeconômicos passou a ser bastante utilizada no final do século XX. Considera-se que o Norte é constituído por países desenvolvidos há bastante tempo, e o Sul por países subdesenvolvidos – em poucos casos – desenvolvidos recentemente. Há também países do Sul geoeconômicos que são praticamente desenvolvidos, embora isso tenha ocorrido mais recentemente (a partir dos anos 1970); é o caso dos chamados Tigres Asiáticos: Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong, que, desde 1997, é a primeira Região Administrativa Especial da República Popular da China. (Vesentini e Vlach, 2015). Para este objeto de análise, exclui-se a África do Sul.

armazenamento de alimentos por organizações internacionais capacitadas para atuar no âmbito das crises africanas.

Os países que vivem em situações de crise são altamente dependentes de ajuda humanitária, e por motivos precários de manutenção da capacidade de instalação local e segurança dos agentes, as ajudas que conseguem se inserir na região afetada muitas vezes são impedidas de dar seguimento aos trabalhos; são obrigados a abandonar o local por forças naturais e também, muitas vezes, humanas.

Sobre a ocorrência de crises e suas consequências pode-se citar o caso da Somália. Localizado no extremo leste da região semiárida, este país foi palco de intensos conflitos armados. Em janeiro de 1991 a Somália sofreu o colapso do regime Barre e as consequências foram desastrosas. Ainda recentemente, muitas partes do centro e do sul permanecem sob controle efetivo de grupos armados não governamentais. A crise da fome foi uma das consequências mais severas e que ainda se perpetua. De acordo com a FSNAU¹⁰ (*Food Security and Nutrition Analysis Unit for Somalia*), 731 mil pessoas permanecem em situação de crise e emergência. Além do sofrimento causado pelas guerras civis, a Somália é uma região afetada por drásticas crises de seca que levam milhares de somalis para os campos de refugiados do Quênia, seu país vizinho.

Dadaab é um dos maiores acampamentos para refugiados localizados no nordeste do Quênia. É mantido pela ONU (Organização das Nações Unidas) e foi criado em 1991 com o objetivo de receber refugiados da guerra civil da Somália. O prolongado conflito armado teve consequências devastadoras, incluindo o deslocamento em massa, estruturas comunitárias enfraquecidas, violações de direitos humanos e o colapso da lei e da ordem (ACNUR, 2014).

Não apenas na Somália, mas em alguns territórios subsaarianos, os refugiados da fome buscam abrigos nas fronteiras mais próximas. Dados da ONU apontam que em 2014 800 mil refugiados na África sofrem com a falta de

¹⁰ A FSNAU é gerida pela Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) e tem como objetivo fornecer informações e análises sobre a insegurança alimentar e subnutrição na Somália.

alimentos¹¹. As razões que explicam esses números não se reduzem apenas às catástrofes climáticas e conflitos civis, mas também aos preços dos alimentos.

A alta dos alimentos afeta principalmente países com baixo potencial de produção agrícola, como a República Democrática do Congo que, de acordo com o relatório *Crop Prospects and Food Situation* (2015), estima-se que 7 milhões de pessoas estão em necessidade urgente de assistência humanitária em virtude de conflitos civis e conseqüentemente isso ocasiona um elevado número de deslocados internos e a alta do preço dos alimentos. Essa situação é também identificada na Guiné, Serra Leoa, República Centro Africana, Sudão dentre outros.

Os países africanos no geral sofrem com as estações secas e não possuem técnicas desenvolvidas de irrigação¹², as perdas acumuladas geram déficits na produção e intensificam a insegurança alimentar e a fome. Em relação a esse entrave que desafia a maioria daqueles que trabalham em prol da agricultura africana, o método de irrigação agrícola apresenta distorções quando o objetivo é leva-lo para as terras deste continente. As condições ambientais não são favoráveis ao desenvolvimento da irrigação em virtude da insuficiência de recursos hídricos, terras férteis e, principalmente, da elevada salinidade. As regiões de maior incidência pluvial representam cerca de 25% da África Tropical (Owusu, 2010, p.421).

No entanto, a seca não é a única vilã que interrompe o ciclo de produção agrícola dos africanos. Como um paradoxo, as regiões africanas são também afetadas por sérias inundações em função de fortes chuvas. Países como Serra Leoa, Nigéria, Níger, Burkina Faso, Guine, Gana, Benin e Tanzânia são vítimas da força das águas que ocasionam numerosos prejuízos. Em 2010, Benin foi alvo de uma forte inundação que afetou 680 mil pessoas causando danos nas moradias, infraestrutura local, colheitas e criações de animais (Floodlist, 2010). Outro fator predominante é a praga de gafanhotos, que destroem plantações em questão de segundos.

Durante um discurso no *World Food Summit* em 1996, o ex-presidente da República do Quênia, Daniel Toroitich Arap Moi, levou a público que seu país fazia

¹¹ Dado disponível em < <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/800-mil-refugiados-na-africa-sofrem-com-falta-de-alimentos-devido-a-escassez-de-recursos/>>

¹² Na África do Norte, a agricultura irrigada predomina apenas no Egito.

parte daqueles que precisavam vencer a insegurança alimentar, dentre outras palavras mencionadas pelo ex-presidente, ele declarou:

“Calamidades naturais, como secas, inundações, pragas e doenças levaram a insegurança alimentar em muitas partes do mundo, mas fatores causados pelos homens, que poderiam ser facilmente evitados, apresentam causas mais devastadoras da insegurança alimentar sobretudo na África subsaariana”¹³.

Dados recentes mostram que a incidência da fome apresenta estado crítico nos seguintes países africanos: Quênia, Senegal, Guiné Bissau, Serra Leoa, Burkina Faso, Etiópia, Djibouti, Uganda, Zimbábue, Moçambique, Chade, Ruanda, Burundi, Libéria, Somália, República Democrática do Congo, Sudão, Namíbia, Zâmbia, Malawi e República Centro-Africana¹⁴. De acordo a WFP (*World Food Programme*) os quatro últimos países supracitados são os que apresentam a maior taxa percentual de subnutrição no continente no ano de 2015¹⁵, prevalência de 35% ou mais.

A EMBRAPA e a Cooperação Técnica Internacional

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) é vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e é uma das principais instituições de pesquisa e desenvolvimento agrícola do mundo. Foi criada em 1973 e desde então exerce um papel fundamental no desenvolvimento de tecnologias apropriadas para regiões tropicais. Inicialmente, um dos objetivos da EMBRAPA era livrar o Brasil da condição de grande importador de alimentos, desempenhando papel fundamental na transformação do país em um dos mais importantes atores no mercado internacional de *commodities* agrícolas (Bellini, 2012). O agronegócio do país foi responsável pela gestão macroeconômica e pela balança de pagamentos durante a estagnação econômica da década de 1980.

O processo de internacionalização da instituição iniciou-se desde a sua criação, quando se fez a opção por contratar um grande número de profissionais

¹³ Texto extraído do discurso do ex-Presidente durante o *World Food Summit*, realizado em Roma no ano de 1996. Tal discurso está disponível no site do evento.

¹⁴ Dados extraídos da FAO, WFP e IFAD.

¹⁵ De acordos com dados da FAO, WFP e ACNUR, a Somália e alguns outros países também apresentam estado crítico da fome. No entanto, os dados concretos não puderam ser apurados em 2014. Outros países africanos também apresentam incidência de subnutrição, porém foram citados nessa página aqueles caracterizados com um grau ‘moderado alto’ (15-24,9%), ‘alto’ (25-34,9%) e ‘muito alto’ (35% ou mais).

enviados ao exterior. Em meados da década de 90, a EMBRAPA ampliou e fortaleceu o programa de cooperação técnica internacional; essa cooperação ocorreu através da transferência de tecnologia para outros países.

Tendo em vista o sucesso das aplicações e resultados das inovações tecnológicas da EMBRAPA no Brasil, principalmente na região do centro-oeste, foram identificadas oportunidades da instituição atuar em âmbito internacional para levar o grau de especialização para países da África subsaariana a fim de colaborar com a segurança alimentar, pois a agricultura é reconhecida como ferramenta no combate à fome e a insegurança alimentar. Aumentar a produção agrícola é vital para todos os elementos da segurança alimentar: disponibilidade, acesso e utilização do alimento (Tobin, 2008, p.30). Muitos dos desafios que o cerrado brasileiro viveu durante décadas no campo do desenvolvimento agrícola são semelhantes aos identificados em boa parte dos países africanos, como a acidez do solo, baixo potencial de nutrientes disponíveis e escassez de chuva.

A similaridade das condições agroclimáticas presente na maior parte dos países africanos possibilita que a tecnologia desenvolvida no território brasileiro seja testada, adaptada e aplicada nas regiões africanas que estão submetidas ao desenvolvimento da agricultura.

As características naturais de clima e solo supracitadas são fontes de sérios problemas que conduzem à intensidade do acesso ao alimento e agrava a situação da insegurança alimentar. Apesar de haver certo grau de preocupação quanto à remessa e instalação de novas tecnologias na África, elas são ainda em números muito pequenos em razão de algumas variáveis, como: custos extremamente altos, carência de mão de obra local capacitada, sistema de infraestrutura precário, sistema político instável e, principalmente, a falta de políticas públicas para apoiar a expansão agrícola. Tais variáveis prejudicam o desenvolvimento e o ciclo da entrada e permanência de novas tecnologias. No entanto, países como Estados Unidos, Japão e Brasil atuam conjuntamente para desenvolver e criar novos métodos de produções adaptáveis em países como Moçambique, por exemplo.

Apesar de o Brasil ter investido intensamente em pesquisas para criar meios de produções capazes de superar os problemas do clima e vegetação local, seu êxito se deve na utilização de um mix de tecnologias tradicionais, como fertilizantes, defensivos e melhoramento genético, e também com tecnologias predominantemente brasileiras, como a segunda safra, correção de solo e criação de variedades adaptadas às condições climáticas (redeagro, 2012).

No que diz respeito à transferência de tecnologia para a África subsaariana e outros países, a EMBRAPA atua com a chamada cooperação técnica, na qual consiste na transferência e adaptação de conhecimentos, habilidades e tecnologia, principalmente através de cursos de formação, seminários, consultorias, programas de intercâmbio, e, ocasionalmente, na doação de equipamentos (IDS, 2013). Esse modelo de cooperação do governo brasileiro tem o objetivo de desenvolver a capacitação de indivíduos e de fortalecer organizações e instituições no exterior. É realizada com apoio da Agência Brasileira de Cooperação¹⁶ (ABC), órgão do Ministério das Relações Exteriores (MRE) responsável pela negociação, coordenação, implementação e acompanhamento da cooperação brasileira com parceiros internacionais.

Os projetos de cooperação técnica da EMBRAPA são solicitados pelos países através da ABC. A Empresa participa com os conhecimentos técnicos e os recursos financeiros são provenientes da Agência brasileira e de outros doadores. A título de exemplo, cita-se a cooperação técnica trilateral em Moçambique (Segurança Alimentar em Moçambique), uma busca conjunta por soluções de desenvolvimento dos países parceiros, no qual conta com a participação da ABC, da *US Agency for International Development* (USAID) e o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM). A Embrapa ainda trabalha em conjunto com a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA) e o instituto de Moçambique em um projeto denominado corredor de Nacala¹⁷. A cooperação trilateral, também chamada

¹⁶ A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) tem a competência de coordenar, negociar, aprovar, acompanhar e avaliar, em nível nacional, a cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas de conhecimento, tanto a recebida de outros países e organismos internacionais, quanto aquela entre o Brasil e países em desenvolvimento. (IPEA/ABC 2010)

¹⁷ O corredor de Nacala se estende desde a região central até o norte do país africano, abrangendo as províncias de Nampula, Niassa, Cabo Delgado, Zambézia e Tete, onde o bioma predominante é a savana. Este projeto tem o objetivo de formular estratégias para orientar o desenvolvimento agrícola e estimular investimentos na região.

de cooperação triangular, entre o Brasil e alguns países desenvolvidos ocorre em função do reconhecimento da alta capacidade técnica da instituição brasileira.

O Brasil já opera com arranjos de cooperação trilateral com o Japão, Alemanha, Estados Unidos, Itália, Reino Unido, França, Canadá e Espanha. Em 2010, o país aumentou sua lista de países parceiros ao assinar um memorando de entendimento para este tipo de cooperação com Israel, Egito e Austrália (IPEA, 2010). Ademais, o Brasil desenvolve essa triangulação com alguns organismos internacionais, como a FAO e o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA). Em 2010, a cooperação técnica internacional do Brasil no mundo totalizou R\$ 102 milhões, prevalecendo a cooperação bilateral, a qual responde a 82% dos gastos totais (IPEA, 2010).

Dentro dos instrumentos de cooperação técnica da Embrapa existem dois tipos de projetos, os denominados projetos estruturantes e os pontuais. Eles se diferenciam entre si pelas suas dimensões. O primeiro é de maior porte e é executado em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação e/ou com outras agências internacionais de cooperação, já o segundo é caracterizado por ser de menor porte e de curta duração.

É importante salientar que a cooperação técnica da ABC é uma cooperação de atendimento a demanda. A Agência não oferece a cooperação, os países interessados solicitam a sua interveniência e o Brasil faz a avaliação de cada projeto demandado. Uma característica que se observa, é que a cooperação brasileira utiliza suas instituições oficiais para a execução de projetos, este é um dos motivos pelo qual a Embrapa está envolvida com a África. Outro aspecto importante sobre a ABC é o fato de a cooperação se dar numa base de não interferência (Dusi, 2015)¹⁸.

Segundo Gabas e Goulet (2013, p. 15),

“A cooperação técnica continua sendo a forma preferida do Brasil de intervir na agricultura da África. Essa cooperação é inspirada no conceito de diplomacia unificada, com o Brasil compartilhando sua experiência com outros países em desenvolvimento. O discurso político que acompanha essa cooperação técnica é baseado no

¹⁸ Informação extraída por meio de entrevista com o Ph.D André Nepomuceno Dusi, da EMBRAPA, no dia 12 de novembro de 2015.

conceito do horizontalismo, o respeito à soberania e não interferência nos assuntos domésticos de cada país”.

A EMBRAPA na África

A relação de cooperação técnica internacional da Embrapa na África se iniciou durante os primeiros anos do mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando posicionou sua política externa com olhar para o continente africano. Juntamente com dedicada política à África, o ex-presidente reuniu esforços para atuar com a cooperação internacional na América do Sul e Caribe. No momento, era perceptível que o objetivo do ex-presidente não se limitava apenas às práticas de boas relações diplomáticas com o continente africano, América Latina e Caribe. Existia nas entrelinhas a manifestação da vontade de obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Segundo um estudo publicado pela *German Development Institute (D.I.E)*,

O Brasil firmou parcerias de cooperação com América do Sul, Caribe e os países africanos como uma maneira de solicitar o reconhecimento e apoio para a sua posição global e por iniciativas como os seus esforços de diálogos para uma reforma da ONU e para obter assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (Sarah-Lea, 2010)

Em conjunto com o ex-ministro Celso Amorim, seu principal aliado nos assuntos de África, Luis Inácio Lula da Silva realizou viagens e diversas reuniões pelo continente a fim de estabelecer uma relação positiva e presença na África. Neste sentido, a Embrapa foi uma instituição identificada para trabalhar na nova agenda externa do governo brasileiro, criou-se então um instrumento de cooperação técnica entre governos para facilitar a instalação de um escritório da empresa brasileira na capital de Gana, em Acra, pois, naquele momento, a Embrapa não possuía personalidade jurídica para abrir um escritório por conta própria na África (Dusi, 2015)¹⁹.

Em abril de 2006, foi assinado um Memorando de Entendimento entre o governo do Brasil e o governo de Gana para a instalação do escritório regional da

¹⁹ Somente com a edição da Medida Provisória nº 504, a Embrapa ajustou-se aos requisitos jurídicos e legais para o adequado atendimento das demandas de países em desenvolvimento pelas tecnologias desenvolvidas na empresa (IPEA, 2010). De acordo com a Medida, houve alteração da Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária na África. O documento, assinado no período pelo Ministro Celso Amorim e pelo Embaixador Daniel Adjei, de Gana, contem as seguintes finalidades:

- “a) facilitar as ações de cooperação técnica na área de transferência de tecnologias para o desenvolvimento sustentável da agropecuária em Gana e no continente africano;
- b) desenvolver projetos, prestar assistência técnica e formar recursos humanos para promover o desenvolvimento sustentável da agropecuária, objetivando elevar e melhorar a capacidade produtiva dos países africanos, respondendo às prioridades do continente no que se refere ao combate à fome, à mitigação da pobreza, segurança alimentar e geração de renda; e
- c) coordenar e monitorar os resultados das atividades e projetos de cooperação técnica com os países africanos, interagindo com governos e instituições nacionais para determinar prioridades e demandas específicas, articulando com organismos bilaterais, internacionais e multilaterais no estabelecimento de parcerias apropriadas.” (MRE, Atos Internacionais)

Apesar da abertura do escritório na capital de Gana, a elaboração dos programas de cooperação sempre foi vinculada à Agência Brasileira de Cooperação, ou seja, a Embrapa atua como um braço do governo brasileiro, apenas exercendo o papel de executor, pois a cooperação existente é entre governos. Ademais, a Empresa tampouco possui autonomia financeira, fato que restringe a atuação da Embrapa de acordo com sua vontade (Dusi, 2015).

O escritório da Embrapa na África funciona como um meio de interlocução, ele tem o potencial de estabelecimento de relacionamento científico, ou seja, é um escritório de articulação. No entanto, ele não possui capacidade de atendimento, opera como um receptor de assuntos e esses são encaminhados para a Agência Brasileira de Cooperação (Schaitza, 2015)²⁰.

De acordo com Galerani e Bragantini (2007), a Embrapa possui três pontos importantes em sua agenda com a África, são eles:

- a) Transferência, teste e adaptação das tecnologias agrícolas tropicais bem como o compartilhamento de experiências no

²⁰ Informação extraída por meio de entrevista via Skype com o técnico da EMBRAPA, Erich Schaitza, no dia 19 de novembro de 2015.

desenvolvimento de parcerias com o setor público e privado e programas organizacionais para o desenvolvimento institucional;
b) Intermediação de organizações brasileiras do agronegócio e do setor privado africano;
c) Estratégias de comunicação e informação, compartilhamento das experiências de relacionamento da Embrapa com investidores, meios de comunicação e programas de comunicação institucional.

Atualmente, a Embrapa possui um leque variado de projetos na África. O campo de agricultura corresponde por 33% do montante da cooperação Sul-Sul (ABC, 2014). De acordo com dados da ABC (de 2000 a 2014)²¹, a cooperação brasileira atende mais de trinta e três países da África, os países de língua portuguesa reúnem o maior número de projetos e orçamento.

Embora esse número seja significativo, apenas uma parte é destinada aos trabalhos da Embrapa, pois o Brasil possui outros segmentos de cooperação na África, como saúde e educação. A atuação da Embrapa nos países africanos na área de pesquisa e desenvolvimento agrícola tem um papel bastante relevante e reconhecido por outras instituições internacionais. Países como Moçambique e Senegal, por exemplo, contam com a expertise brasileira para impulsionar seus projetos de produção agrícola.

Durante o período do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, a ABC pôde investir uma grande quantidade de recursos na Embrapa. No entanto, a mudança de governo, já em 2012, provocou uma ruptura no orçamento destinado aos projetos no continente africano. Houve uma mudança de orientação política com um desvio do eixo da África para a América Latina e Caribe (Dusi, 2015). Pode-se observar a queda das execuções financeiras (gerais) na África através dos dados da ABC²², no ano de 2010, ou seja, final do mandato do ex-presidente Lula, registra-se o montante de R\$ 19.844.882, já em 2014 o valor das execuções financeiras foram de R\$ 5.069.613.

²¹ Dados disponíveis no site da ABC <www.abc.gov.br/Gestao/AfricaSegmentoCooperacao>
²² <www.abc.gov.br/Gestao/AfricaExecucaoFinanceira>

Durante esse momento de mudança de eixo e ordem política do governo Dilma, os trabalhos da Embrapa no continente se reduziram. Nesse meio tempo, o Brasil ganhou um contencioso do algodão e então este ficou sendo um dos únicos recursos disponíveis que se podia usar em cooperação técnica e também recursos destinados à África (Dusi, 2015).

Este contencioso foi oficializado através do Memorando de Entendimento²³ entre o Brasil e o governo dos Estados Unidos da América, em 20 de abril de 2010 na Organização Mundial do Comércio. Os EUA transferiram o valor de US\$ 300 milhões ao Instituto Brasileiro do Algodão (IBA). Na Seção II do Memorando, foi estabelecido que o Brasil garantisse que os recursos transferidos ao IBA seriam utilizados apenas para atividades autorizadas. Dentro dessas atividades, foi incluída a cooperação técnica internacional relativa às atividades do algodão nos países da África Subsaariana.

“Para os fins desse Memorando, as atividades autorizadas são atividades de assistência técnica e de capacitação relativas ao setor cotonicultor do Brasil e relativas à cooperação internacional no mesmo setor em países da África Subsaariana, em países membros ou associados do Mercosul, no Haiti ou em quaisquer outros países em desenvolvimento segundo for acordado pelas partes.”
(Memorando de Entendimento relativo ao Contencioso do Algodão-WT/DS267)

Esta decisão do contencioso foi importante para que o projeto denominado *Cotton 4* fosse renovado e ainda estendido para o Togo. Sendo assim, atualmente o projeto é chamado de *Cotton4+Togo*. A segunda fase do projeto foi iniciada em 2014 e a primeira foi finalizada em 2013 e incluiu Benin, Burkina Faso, Chade e Mali. Essa foi a primeira iniciativa de caráter regional desenvolvida pela ABC em parceria com a Embrapa.

Atualmente a Embrapa possui projetos nos seguintes países africanos²⁴: Burkina Faso, Cabo Verde, Benin, Chade, Mali, Togo, Etiópia, Gana, Guiné-Bissau, Malawi, Moçambique, Nigéria, Senegal, Tanzânia, Angola e Quênia. Os trabalhos da Empresa brasileira não se limitam apenas aos projetos de segurança alimentar e

²³ Disponível em <http://www.iba-br.com/documents/10180/13185/Memorando+de+Entendimento+Contencioso+do+Algod%C3%A3o+01.10.2014.pdf/b958f700-25d8-4bf5-aad0-1067547d6981>

²⁴ Dados da Embrapa e ABC obtidos através Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, e-SIC, no dia 13 de outubro e 03 de dezembro de 2015.

combate à fome, eles são diversos, como o Cotton4+Togo, por exemplo, uma iniciativa que tem como objetivo desenvolver o setor de algodão, aumentando a produtividade e aprimorando a qualidade do produto. Outro projeto executado pela Embrapa que não possui o objetivo primário de combater a insegurança alimentar é o chamado projeto de Fortalecimento da Capacidade Técnica Etíope na Exploração e Manejo Sustentável de Florestas, na Etiópia que teve início em dezembro de 2013 com prazo de finalização datado para 31 de dezembro de 2015²⁵.

Apesar de alguns projetos não serem vinculados ao fator da segurança alimentar e combate à fome, eles promovem o desenvolvimento da agricultura de diferentes maneiras, proporcionam forças para o desenvolvimento econômico local e proporcionam melhores condições de acesso e usufruto de tecnologias, gerando então aumento de renda e participação no mercado. No que diz respeito aos projetos de segurança alimentar e combate à fome, a Embrapa possui várias iniciativas que envolvem exclusivamente a ABC e ainda outras que recebem aportes financeiros de outras agências de cooperação, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o *UK Department for International Development (DFID)*, a Fundação *Bill and Mellinda Gates*, o *Inter American Development Bank (IDB)* dentre outros. O principal trabalho desenvolvido atualmente entre a Embrapa e outros parceiros acima citados é o denominado *Agricultural Innovation Marketplace (MKTPlace)*.

Iniciativas e projetos da Embrapa para a segurança alimentar e combate à fome

A Embrapa executa projetos e possui iniciativas de formas variadas para o desenvolvimento de técnicas de combate à fome e insegurança alimentar. Os projetos se diferenciam entre si e possuem aplicabilidades orientadas, ou seja, apesar de não serem nomeados como trabalhos que visam exclusivamente a segurança alimentar, eles oferecem retornos que refletem no fortalecimento do crescimento regional e no desenvolvimento dos meios de produções, resultando assim na geração de condições necessárias para o alcance de alimentos por parte da população.

²⁵ Dados da ABC obtidos através Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, e-SIC, no dia 03 de dezembro de 2015.

Atualmente a instituição brasileira possui projetos de cooperação técnica com os seguintes países: Angola, Burkina Faso, Cabo Verde, Benin, Chade, Mali, Togo, Etiópia, Gana, Guiné-Bissau, Malawi, Moçambique, Nigéria, Quênia, Senegal e Tanzânia. Em cada região o trabalho vai de acordo com a atividade demandada pelo seu governo.

A tabela abaixo apresenta os países e os projetos que a Embrapa executa atualmente em parte do território africano, projetos esses através da ABC.

Países	Título do Projeto
Angola	Fortalecimento da capacidade de pesquisa e inovação dos institutos de investigação agronômica e veterinária de Angola
Benin, Burkina Faso, Chade, Mali e Togo	Fortalecimento tecnológico e difusão de boas práticas agrícolas para o algodão em países do C-4 e no Togo
Burkina Faso	Fortalecimento da pecuária leiteira
Cabo Verde	Apoio ao desenvolvimento da horticultura
Etiópia	Apoio técnico ao manejo de solos ácidos para uso agrícola
Etiópia	Fortalecimento da capacidade técnica etíope na exploração e manejo sustentável de florestas
Etiópia	Apoio técnico ao manejo de solos ácidos para uso agrícola
Gana	Biotechnologia e recursos genéticos aplicados à mandioca
Guiné-Bissau	Implantação e implementação de unidade de processamento do pedúnculo do caju e outras frutas tropicais
Malawi e Moçambique	Projeto regional de fortalecimento do setor algodoeiro
Moçambique	Projeto de apoio técnico aos programas de nutrição e segurança alimentar
Nigéria	Produção e processamento agroindustrial de frutas tropicais e hortaliças
Nigéria	Produção e processamento agroindustrial de mandioca
Senegal	Apoio ao desenvolvimento da rizicultura
Tanzânia	Introduzindo tecnologias de pós-colheita para horticultura
Tanzânia	Desenvolvimento da capacidade de produção pecuária
Togo	Apoio institucional ao quadro técnico do ITRA (apoiar a política de modernização da agricultura)

Fonte: Dados obtidos através da Embrapa (e-SIC) e ABC (e-SIC). Out/2015. Elaboração própria.

Ademais dos projetos acima elencados, a empresa brasileira passou a exercer um importante papel no cenário da agricultura em várias regiões da África, América Latina e Caribe. Denominado *Agricultural Innovation MKTPlace*, esta iniciativa tem como principal objetivo desenvolver projetos de pesquisa para ampliar o setor agrícola e a segurança alimentar.

O *MKTPlace* surgiu através de uma forte movimentação ainda no governo do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva. No ano de 2009, ocorreu a visita de cerca de 40 Ministros de estados de Agricultura no Brasil, e nesse período então foi incentivado a criação de uma plataforma de ação, ao qual se instituiu o *Agricultural Innovation MKTPlace*. Foi formalizado em 2010 e se tornou um programa de sucesso que está sendo executado de maneira bastante fluente (Dusi, 2015).

Esta plataforma de ação é um programa de cooperação técnica que financia projetos de pesquisa pequenos, que parecia com pesquisadores brasileiros e africanos. Ademais, visa beneficiar pequenos produtores. Após seu período de lançamento e algumas execuções, este foi estendido para a América Latina e Caribe posteriormente.

O *Agricultural Innovation MKTPlace* é composto por três pilares básico, são eles:

- a) Diálogo sobre políticas entre as principais autoridades da África, América Latina, Caribe e Brasil que apoiam instituições com foco no desenvolvimento de um ambiente comum para colaboração;
- b) Fórum para fortalecimento das capacidades, apresentação e discussão de ideias de pesquisas, consolidadas em projetos de pesquisa para o desenvolvimento apoiados pelo *MKTPlace*;
- c) Pesquisa conjunta em agricultura para projetos de desenvolvimento. (mktplace.org)

A Embrapa é um dos principais parceiros dessa iniciativa e também conta com um forte grupo de colaboradores (e doadores), como o *Forum for Agricultural Research in Africa* (FARA), *Inter-American Institute for Cooperation on Agriculture* (IICA), *Bill & Melinda Gates Foundation*, *UK Department for International Development* (DFID), FAO, *Inter American Development Bank* (IDB), *International Fund for Agricultural Development* (IFAD), Banco Mundial e três órgãos do governo brasileiro – a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério de Ciência e Tecnologia. É importante salientar que esta iniciativa tem como seus principais organizadores o FARA, IICA e a Embrapa.

Por ser uma das principais parceiras do programa, a Embrapa tem participação ativa em todos os projetos, tanto os já executados como aqueles a serem

implementados. De acordo com dados apresentados pelo MKTPlace, 35 projetos já foram executados e finalizados e 42 ainda estão em fase de implementação. A tabela abaixo apresenta alguns projetos que já foram concluídos e que possuíam a segurança alimentar como objetivo principal.

Países	Título do Projeto	Inst. Internacional	Inst. Brasileira
Burkina Faso	A segurança alimentar e a estratégia de conservação no contexto das mudanças climáticas.	<i>Centre Régional de Recherches Environnementales et Agricoles (CRREA)</i>	Embrapa Amapá
Etiópia	Diversidade de Abelha e de polinização para segurança alimentar.	<i>Mekelle University</i>	Embrapa Acre
Etiópia	Melhoria Suína na Etiópia através da caracterização genética e Socioeconômica e Desenvolvimento do Sistema de Produção.	<i>Ethiopian Institute of Agricultural Research (EIAR)</i>	Embrapa Caprinos e Ovinos
Gana	Aperfeiçoamento da pequena produção de feijão-fradinho utilizando inoculantes de rizóbio.	<i>Savanna Agricultural Research Institute (SARI)</i>	Embrapa Agrobiologia
Quênia	Reabilitação de pastagens degradadas utilizando pastos planejados e impacto de animal nas terras áridas e semiáridas.	<i>Vétérinaires Sans Frontières Suisse</i>	Embrapa Caprinos e Ovinos
Togo	Lixiviação de pesticidas e perda para águas subterrâneas nas plantações de vegetais costeiras.	<i>Universite de Lome, Ecole Supérieure d'Agronomie</i>	Embrapa Agropecuária Oeste
Uganda	Melhora na produção de feijão-fradinho e nutrição através do desenvolvimento de tolerância à seca e linhas de alta proteína.	<i>National Crops Resources Research Institute</i>	Embrapa Semiárido
Mali	Melhora na produção do arroz e milho por pequenos proprietários.	<i>University of Sciences Techniques and Technology of Bamako</i>	Embrapa Milho e Sorgo
Moçambique	Intensificação da produção sustentável do arroz.	<i>Aga Khan Foundation</i>	Embrapa Arroz e Feijão
Nigéria	Propriedades nutricionais e funcionalidade de saúde de grãos.	<i>Department of Food Science and Technology - University of Agriculture</i>	Embrapa Agroindústria de Alimento
Nigéria	Geração de feijão-fradinho resistente a vírus.	<i>Ahmadu Bello University</i>	Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia.

Fonte: <http://www.mktplace.org/site/index.php/projects/project-stats>. Elaboração própria.

A Embrapa reúne uma extensa agenda de compromissos com assuntos da segurança alimentar e combate à fome na África. A expertise e reconhecimento da empresa brasileira no mundo fizeram com que novas técnicas de desenvolvimento agrícolas pudessem chegar em territórios com características econômicas deficitárias e diversos outros aspectos relacionados a incapacidade de gestão tanto governamental quanto ambiental. Tendo em vista que os projetos do MKTPlace são de proporções menores, ou seja, são projetos específicos e de curta duração, eles possuem como prioridade os pequenos produtores rurais. Segundo dados disponibilizados pela plataforma (AFR, MKTPlace, 2014), 64% dos projetos de áreas temáticas do ano de 2014 foram dedicados ao chamado “*Smallholder and Poverty Alleviation Targeted Technologies*”, e 18% para “*Natural Resource Management Improvement*” e, respectivamente, 18% para *Productivity Enhancing Technologies*.

Pode-se concluir que através do MKTPlace a Embrapa está à frente de um número muito maior de projetos do que aqueles liderados através da Agência Brasileira de Cooperação, ABC. No entanto, todos eles possuem potencial para serem executados com sucesso e para atender a um número considerável da população africana que sofre com a falta de estrutura e condições adversas.

Conclusão

A insegurança alimentar é um constante conflito que envolve grande parte da população mundial. 795 milhões de pessoas no mundo sofrem com a falta de acesso a alimentos e com a fome, no entanto, a África subsaariana ainda é o território que mais acumula vítimas desse limitador do desenvolvimento humano.

Os meios para se obter mecanismos de melhoria e crescimento são escassos quando o destino para tal é o território africano. Apesar de ser uma região que tem reunido países europeus e norte americano em seu solo, a África subsaariana luta não apenas para a conquista de estatísticas econômicas satisfatórias, mas também para a promoção dos direitos humanos e por políticas de estados menos corrompidas.

A história da ocupação colonial na África traduz as inconstantes inflexões que este povo precisa combater diariamente, os fenômenos econômicos desenvolvidos desde então ganharam uma dimensão social enorme. Por um

momento, foram países ocupados por uma sociedade rica e sem pretensões de criar valores sociais e econômicos locais, após uma série de acontecimentos passaram a serem países abandonados por aqueles que os invadiram e defraudaram suas riquezas.

Um país localizado nos arredores do deserto do Saara já possui uma imensa responsabilidade e uma artilosa herança de vencer desafios. Anos após anos os desafios ambientais se multiplicam e se intensificam, direcionando então todas as regiões ali localizadas para um infindável ciclo de conflitos que se estende a toda escala de formação e desenvolvimento regional. A fome e a insegurança alimentar podem ser as causas de uma sociedade intransigente e de aspectos ambientes que não oferece condições elementares para a subsistência e progresso de seu povo.

Tendo em vista que a África subsaariana foi vítima da incapacidade política e da triste situação climática, este território acumula diversos fatores que o tornaram a principal região afetada pela insegurança alimentar, fome e conflitos políticos. De acordo com Jean Ziegler, a fome torna impossível a construção de uma sociedade pacificada.

Países com índice de desenvolvimento baixo tendem a se limitar à produção agrícola, seja para consumo interno ou para exportação. Assim como afirma Maxwell Owusu,

“A política e o desenvolvimento rural na África foram corrompidos por todos os aspectos da herança colonial. Distorções, ao nível das políticas e da implementação, comprometeram o esforço agrícola e frearam a produção”. (Owusu, 2010).

O trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária no continente começou a partir dos desafios que os países subsaarianos sempre tiveram que enfrentar. A Embrapa possui alta capacidade para lidar com pesquisas necessárias para o desenvolvimento do setor agrícola na África. É uma tarefa um tanto árdua, pois os problemas que afetam as regiões vão além da pobreza e miséria. A instabilidade política e a própria cultura de algumas regiões dificulta o acesso a novos meios de geração de renda.

O principal problema da fome é a falta de acesso aos alimentos diariamente e a precariedade de tecnologia resistente às características climáticas e de solo das regiões subsaarianas. Por possuir prestígio internacional, a Empresa brasileira consegue atuar de diversas formas juntamente com as instituições locais, o exercício das suas funções vai além do objetivo primário, que é o combate à fome, a Empresa procura gerar valores sociais para o engajamento de novos projetos e crescimento social e econômico.

Sendo assim, pode-se afirmar que a Embrapa conseguiu, desde o início, levar sua capacidade tecnológica e atualmente exerce uma importante função nos países que sofrem com a insegurança alimentar. Os projetos executados pela Empresa são de grande valia e geram valores positivos para a sociedade africana, em destaque para o pequeno produtor rural e para as instituições locais que trabalham a favor do setor agrícola.

Um dos fatores que impede a ampliação de programas e presença das tecnologias brasileiras na África é o sistema limitado e altamente controlado da cooperação brasileira. A Agência Brasileira de Cooperação possui um formato que restringe o seu crescimento e autonomia. O Brasil não tem arcabouço legal que autorize a execução de programa de cooperação técnica no exterior. O país aporta recursos para o Programa das Nações Unidas (PNUD), por exemplo, e esse executa projetos. A própria Agência tem um quadro funcional limitado, a maioria dos contratados é temporário, ou seja, o exercício vai de acordo com cada projeto (tempo de vida). Ela é vinculada ao Itamaraty e, infelizmente, não possui carreira própria. De acordo com uma publicação do jornal Estadão (2013) que levou a público a ideia da presidente Dilma Roussef de transformar a ABC,

“A legislação brasileira é tão complicada que o governo costuma se associar a organismos internacionais para fazer doações e investimentos. Para que o Brasil possa fazer diretamente essas ações, não basta mudar a ABC, será preciso mudar a lei.” (Estadão, 2013).

O Brasil é um país que mantém relações diplomáticas com vários países africanos e que desenvolveu ao longo dos anos diversos acordos comerciais e uma importante pauta de cooperação técnica. No entanto, o próprio país que oferece ajuda é aquele que ainda não conseguiu resolver suas próprias limitações. Apesar de toda

restrição e deficiência pela parte brasileira, a Embrapa consegue atuar em alguns projetos de maneira independente.

Por fim, a segurança alimentar não depende apenas da alta capacidade tecnológica de instituições internacionais presentes na África. A fome deveria ser combatida pelos próprios governos, a criação de meios favoráveis para atingir um nível mínimo de condição de vida necessitaria ser estabelecido por cada autoridade que governa. O sistema de ditadura implícita em vários países africanos impede a entrada e a instauração de um sistema influente. O problema da África não é apenas o acesso às tecnologias para a melhora do setor agrícola, e sim a política de cada país para viabilizar o acesso à tecnologia. A desigualdade impera neste território, alimento existe, mesmo que em pouca escala, porém a maior dificuldade e o maior desafio é o acesso a esses alimentos.

Referências

1. ZIEGLER, Jean. *Destruição em Massa, Geopolítica da Fome* – 1. Ed. – São Paulo: Cortez, 2013.
2. OWUSU, Maxwell. *História geral da África, VIII: África desde 1935/* Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília: UNESCO, 2010.
3. TOBIN, James C. *Hunger Efforts and Food Security*. New York: Nova Science Publishers, 2009.
4. GAO. *Food Security in Africa*. Statement of Harold J. Johnson, Associate Director, International Relations and Trade Issues, National Security and International Affairs Division, 1996.
5. *Plano de ação da cimeira Mundial da alimentação, 1996*. Disponível em: <http://www.fao.org/wfs/index_en.htm>. Acesso em 10/10/2015
6. *Posição do ACNUR sobre os retornos ao centro e sul da Somália, 2014*. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bmode%5D=1&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bfolder%5D=169&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bpointer%5D=2&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bsort%5D=doctitle,sorting,uid>. Acesso em 16/10/2015
7. <<http://floodlist.com/africa/inundações>>. Acesso em 20/09/2015.
8. *Food Security and Nutrition Analysis Unit for Somalia, 2015*. Disponível em: <<http://www.fsnaui.org/>>. Acesso em 10/10/2015
9. *World Food Programme*. Disponível em: <<http://www.wfp.org/hunger/>> . Acesso em 05/10/2015
10. *Mapa da fome 2015*. Disponível em <<http://www.wfp.org/content/hunger-map-2015>>. Acesso em 06/09/2015
11. MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. *Estud. av.*, São Paulo , v. 17, n. 48, p. 7-20, Ago. 2003 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 11/10/2015. doi: 10.1590/S0103-40142003000200002.

12. LEITE, José Luiz Bellini. A experiência da Embrapa na África. *International Centre for Trade and Sustainable Development*. Set. 2012. Disponível em: <<http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/a-experi%C3%Aancia-da-embrapa-na-%C3%A1frica>>.
13. *Brasil e África parceiros no desenvolvimento agrícola sustentável*: Fevereiro de 2012. Disponível em <<http://www.redeagro.org.br/artigo-desenvolvimento-rural/619-brasil-e-africa-parceiros-nodesenvolvimento-agricola-sustentavel>>. Acesso em 21/11/2015.
14. *Embrapa está revendo presença na África, diz presidente*: fevereiro de 2013. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/02/130122_embrapa_entrevista_2_jf_cc.shtml>. Acesso em 30/09/2015.
15. *The miracle of the cerrado*: agosto de 2010. Disponível em <<http://www.economist.com/node/16886442>>. Acesso em 04/09/2015.
16. Cabral, L., Shankland, A., Favareto, A. and Vaz, A. C. (2013). Brazil-Africa Agricultural Cooperation Encounters: Drivers, Narratives and Imaginaries of Africa and Development, . IDS Bulletin, 44.4 (IDS, 2013).
17. *Cooperação Técnica*. Disponível em <<https://www.embrapa.br/cooperacao-tecnica>>. Acesso em 02/10/2015.
18. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Agência Brasileira de Cooperação. *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010*. Brasília: Ipea ABC, 2013.
19. South-South cooperation and new agricultural development aid actor in western and southern Africa. Jean-Jacques Gabas/ Frédéric Goulet. Agence Française de Développement.
20. Christophe Golay, Melik Ozden. *Le Droit à L'Alimentation, Um droit humain fondamental stipulé par l'ONU et reconnu par dès traités régionaux et de nombreuses constitutions nationales*. CETIM.
21. John de Sousa, Sarah-Lea. *Brazil as an emerging actor in international development cooperation: a good partner for European donors?*, German Development Institute / Deutsches Institut für Entwicklungspolitik (DIE).

22. Galerani, R. Paulo. Bragantini, C. *Transfer of tropical Technologies from Brazil to African Countries*. African Crop Science Conference Proceedings Vol. 8. pp 1391-1398. El-Minia, Egypt: African Crop Science Society, 2007.
23. REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana para instalação do Escritório Regional da Empresa Brasileira De Pesquisa Agropecuária (Embrapa) na África, em Acra, Gana*. Disponível em <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2006/b_68/>. Acesso em 30/10/2015/
24. AFR - *Proposal Information*, 2014. Disponível em <<http://www.mktplace.org/site/images/documents/Proposal.pdf>>. Acesso em 20/11/2015.
25. *Dilma quer agência de comércio para fortalecer balança*: junho de 2013. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-quer-agencia-de-comercio-para-fortalecer-balanca-imp-,1042690>>. Acesso em 20/11/2015.